

A procissão de Nossa Senhora dos Navegantes em Barra de Mamanguape: um relato de experiência*

Sérgio Henrique Ferreira da Silva - UFPB

Lucas Costa Nunes - UFPB

Patrícia Krós Borges Guedes - CPP

Palavras chave: Tradição Religiosa; Comunidade Tradicional; Etnografia.

INTRODUÇÃO:

A primeira vez que pisei na Barra de Mamanguape, em 2022, tive a nítida percepção de estar diante de um espaço distinto de todos aqueles por onde já havia passado. Ali, o tempo parece seguir outro ritmo, mais lento, atento ao compasso das pessoas e das águas do rio e do mar. As ruas de terra batida, longe de representar ausência estatal, anunciam a permanência de uma vida marcada pela tradicionalidade, onde a pressa ainda não se impôs como regra. Esse primeiro contato despertou em mim um profundo encantamento, que logo se transformou em interesse e compromisso em compreender melhor aquela comunidade e suas formas de existência.

Desde então, retornei à Barra de Mamanguape em diversas ocasiões. Em algumas delas, estive presente para vivenciar seus festejos; em outras, buscava refúgio da lógica acelerada da cidade grande. Em todas as visitas, fui acolhido pela comunidade com uma familiaridade que me fazia sentir parte daquele lugar.

Desta vez, no entanto, o retorno carregava um sentido diferente. Voltei à comunidade movido pelo propósito específico de acompanhar a procissão de Nossa Senhora dos Navegantes, celebração sobre a qual eu conhecia apenas os relatos daqueles que vivem ali e que, por meio de suas narrativas, haviam despertado em mim a curiosidade e o desejo de presenciar, de forma direta, a devoção dedicada à santa.

Primeiro, queria deixar claro que não se tratava da minha primeira experiência acompanhando procissões náuticas, pois já havia presenciado celebrações semelhantes no rio Tracunhaém, em Goiana, e sempre mantive uma aproximação com as festividades dedicadas aos Santos e Entidades protetores dos povos das águas. Mesmo reconhecendo-me como um homem de pouca fé, decidi observar de perto as razões pelas quais esses relatos se mostravam tão potentes e carregados de significado. E é sobre essa experiência que vim relatar nesse texto.

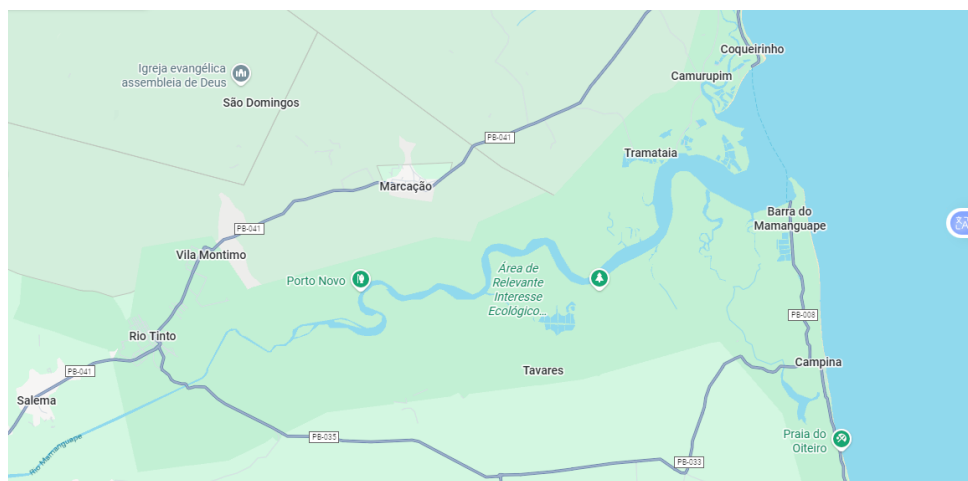
* Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026)

A COMUNIDADE:

Barra de Mamanguape faz parte de uma Área de Proteção Ambiental (APA), criada em 1993, que se estende pelos municípios de Rio Tinto, Marcação e Baía da Traição, no litoral norte da Paraíba, ocupando uma extensão aproximada de 14.460 hectares (Brasil, 1993). Tratando-se da maior área contínua de manguezal preservado do estado, a APA é um elemento fundamental para a reprodução da vida marinha e para a manutenção das atividades da pesca artesanal na região, abrangendo uma diversidade significativa de ecossistemas, incluindo áreas de restinga, lagunas, estuários, manguezais e arrecifes (Alves e Nishida, 2003).

Enquanto unidade de conservação de uso sustentável, a APA não se constitui como um espaço desabitado, mas como um território historicamente ocupado por populações formadas a partir de um processo de miscigenação entre povos indígenas Potiguara, populações negras e brancas (Rodrigues *et al.*, 2008), e que ao longo do tempo, deu origem a aldeias indígenas e a comunidades tradicionais de pescadores artesanais, como a Barra de Mamanguape, que se encontra entre as aldeias de Tramataia, Camurupim e Coqueirinho do Norte distribuídas ao longo do estuário do rio Mamanguape (ICMbio, 2014), como demonstrado na Figura 1.

Figura 1: Mapa da Área de Proteção Ambiental da Barra do Rio Mamanguape



Fonte: Google Maps, 2026

Ao retomar os aspectos conceituais que orientam a definição de comunidades pesqueiras tradicionais, torna-se fundamental considerar o enquadramento jurídico

estabelecido pelo Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Esse dispositivo legal define povos e comunidades tradicionais como grupos culturalmente diferenciados que se reconhecem como tais, dotados de formas próprias de organização social e que mantêm uma relação direta com territórios e recursos naturais, os quais são utilizados como condição indispensável para a reprodução de seus modos de vida nos âmbitos cultural, social, religioso, ancestral e econômico. Além disso, esses grupos se caracterizam pelo uso de conhecimentos, inovações e práticas construídos historicamente e transmitidos por meio da tradição (Brasil, 2007). Nessas comunidades, o rio, o mar e o mangue não se apresentam só como espaços de atividades produtivas, mas como partes de um organismo que sustenta material e simbolicamente a vida cotidiana desse povo.

Partindo do ponto de vista de Maldonado (1988), é imprescindível levar em conta a relação do pescador com o ambiente, assim como o seu comportamento diante dele para que possamos identificar as especificidades da identidade do pescador. Segundo a autora, o ser pescador envolve o domínio de saberes técnicos e ambientais adquiridos pela experiência, como a leitura das marés, dos ventos e dos ciclos dos peixes, bem como a incorporação de habilidades corporais específicas e de códigos morais próprios da atividade.

As formas pelas quais esses homens se relacionam com o mar e o rio são atravessadas por dimensões simbólicas e rituais que conferem sentidos específicos à experiência marítima. Em diferentes sociedades, o mar não é percebido apenas como ambiente físico ou recurso natural, mas como uma entidade carregada de significados culturais, morais e espirituais. Essas representações variam conforme os contextos históricos e culturais (Diegues, 1999).

Em muitas tradições ocidentais, o mar aparece associado ao perigo, à imprevisibilidade e ao medo, sendo frequentemente concebido como um espaço hostil. Em contraste, em diversas sociedades do sul do Pacífico, o ambiente marítimo é compreendido como um espaço fundamental à vida social e às relações coletivas, com o qual é necessário estabelecer respeito e conciliação antes de qualquer navegação ou atividade. Nessas sociedades, a centralidade do mar na vida social favoreceu a elaboração de mitos, ritos e narrativas que organizam a relação entre humanos, águas e seres marinhos e espirituais, evidenciando a profundidade simbólica que estrutura a experiência coletiva no espaço marítimo.

É nessa relação profunda com o território que se expressa as vivências religiosas da comunidade, onde as festas dedicadas aos santos padroeiros ocupam lugar central nesse

universo simbólico, articulando fé e território. A devoção a Nossa Senhora dos Navegantes, padroeira de Coqueirinho do Norte, e a Sant'Ana, padroeira de Barra de Mamanguape, foram o que me trouxeram a escrever esse texto, revelando-me como o sagrado se inscreve nas águas, acompanhando os caminhos da pesca, da navegação e da vida comunitária. É nesse entrelaçamento entre natureza, cultura e fé que essas comunidades constroem e reafirmam, cotidianamente, suas identidades e modos de vida.

A FESTIVIDADE:

A celebração de Nossa Senhora dos Navegantes acontece sempre no segundo ou no terceiro domingo do mês de dezembro, obedecendo sempre o movimento das águas do rio. Diferente de outras festas religiosas que participei, nesse território, o horário da celebração não é definido previamente, mas ajustado às condições das águas, o que revela a centralidade do rio e do mar na vida das comunidades que participam do evento.

A devoção a Nossa Senhora dos Navegantes está profundamente associada ao cotidiano dos pescadores e pescadoras artesanais da região. A santa é reconhecida como protetora daqueles que dependem das águas para viver e trabalhar, sendo invocada como forma de agradecimento pelas pescarias realizadas e de pedido de proteção diante dos riscos enfrentados no dia a dia. A procissão estabelece uma conexão direta entre a aldeia de Coqueirinho do Norte e a comunidade de Barra de Mamanguape, reunindo moradores de diferentes localidades e reafirmando a centralidade do catolicismo como elemento organizador da vida comunitária, ao mesmo tempo em que fortalece redes de solidariedade e pertencimento nos territórios pesqueiros do litoral norte da Paraíba.

Segundo Giovanni Junior (2021), a celebração tem início dias antes, em Coqueirinho do Norte, com a realização de missas dedicadas à padroeira. Na véspera, ocorrem apresentações musicais na comunidade, que reúnem moradores locais, pescadores, pescadoras e visitantes de outros locais do litoral norte da Paraíba. É desse território que se inicia a procissão, no domingo, seguindo pelas águas do estuário do rio Mamanguape em direção à comunidade de Barra.

No interior das embarcações, a imagem de Nossa Senhora dos Navegantes, toda decorada em seu andor repleto de flores percorre o rio para cumprir um gesto simbólico que a comunidade relata como o encontro da mãe (Sant'Ana), com a filha (Nossa Senhora dos Navegantes). É esse o momento mais aguardado que acontece à beira da praia de Barra,

quando as duas imagens finalmente se encontram, concentrando a emoção coletiva e marcando o momento mais bonito da celebração.

A partir desse momento, o cortejo se estende pelas ruas da comunidade, antes que a imagem retorne à capela de onde partiu. Assim como o horário de início da celebração, também o trajeto das imagens é orientado pelo movimento das águas, uma vez que a travessia só pode acontecer durante a maré cheia. É nesse compasso, imposto pelo rio e pelo mar, que passo a relatar a vivência do dia da procissão, acompanhando de perto os acontecimentos, as dinâmicas e as experiências que atravessaram a celebração de Nossa Senhora dos Navegantes.

A PROCISSÃO:

No dia 21 de dezembro de 2025, ao lado do Conselho Pastoral dos Pescadores e Pescadoras (CPP) e do Grupo de Reflexão em Trabalho, Ambiente e Saúde (GRETAS), cheguei à Barra de Mamanguape ainda nas primeiras horas do dia, quando a movimentação começava a se intensificar de forma gradual na comunidade. Uma missa já acontecia na Capela de Sant'Ana, e a energia do lugar encontrava-se inteiramente direcionada aos preparativos para a chegada de Nossa Senhora dos Navegantes. Pelas ruas e pelas margens do rio, percebia-se um clima de expectativa, expresso nos gestos, nas conversas, na decoração das ruas e na organização coletiva que antecedia o momento central da celebração.

As margens do rio, normalmente ocupadas pelas atividades cotidianas da pesca artesanal, ganhavam novos sentidos: os barcos estavam ornamentados, os comerciantes cuidadosamente posicionados e famílias inteiras se organizavam à beira do rio para acompanhar a chegada da procissão.

Diferentemente de outras procissões das quais participei, em Barra de Mamanguape existe uma divisão espacial claramente estabelecida entre o sagrado e o profano (Figura 2 e 3). Em conversas com Wellington, mais conhecido como Nego da Barra, uma das lideranças da comunidade e que por muitos anos esteve à frente da organização do evento, fui compreendendo que essa separação foi uma escolha coletiva da própria comunidade, construída ao longo do tempo. Para ele, preservar o espaço do rito era fundamental, sobretudo diante da presença crescente de visitantes que se deslocam até o local mais para observar a chegada da imagem do que para vivenciar a celebração religiosa. Assim, o respeito ao

sagrado se impõe como prioridade, organizando o território da festa e delimitando práticas, corpos e circulações.

Figura 2 e 3: Fiéis a beira do Rio Mamanguape



Fonte: Lucas Nunes, via @todomarjafoirio (2025)

Ao longo da manhã, observei a chegada de pessoas vindas de outras comunidades, visitantes, devotos e turistas atraídos pela fama da celebração. Esse fluxo ampliado de pessoas produzia uma transformação temporária do espaço, sem, contudo, descaracterizar a lógica comunitária que organiza a vida local.

Enquanto acompanhava os preparativos, procurei me posicionar como observador participante, atento às falas, aos gestos e às interações que se desenrolavam ao meu redor. Em diversas conversas informais, moradores destacaram a importância da procissão como momento de agradecimento pelas pescarias do ano, pela proteção nas travessias diárias e pela manutenção da vida no território. Esses relatos reforçavam a compreensão de que a devoção a Nossa Senhora dos Navegantes se inscreve em uma cosmologia própria dos povos das águas, na qual o sagrado atua como mediador das incertezas e dos riscos inerentes à pesca artesanal.

Nossa inserção no processo de organização não se deu de forma distante ou meramente observacional. Ao contrário, envolveu um engajamento direto nas tarefas que antecederiam a procissão, desde o apoio na disposição dos espaços até o diálogo com moradores que coordenavam os preparativos. Esse envolvimento nos permitiu experimentar o evento não apenas como pesquisadores, mas como parte ativa da dinâmica comunitária, compartilhando responsabilidade que estruturavam aquele dia. À medida que o horário da chegada da imagem se aproximava, a atmosfera tornava-se mais densa. O som dos fogos ao longe, os cânticos entoados e a concentração de pessoas às margens do rio sinalizavam que o momento central da celebração se aproximava.

Antes mesmo do desembarque, a imagem de Sant'Ana e um trio elétrico já estavam posicionados no local, aguardando a aproximação do barco que trazia a santa. Quando o barco que transportava a imagem de Nossa Senhora dos Navegantes surgiu no horizonte do rio, uma comoção coletiva tomou conta da margem. Vi pessoas se emocionarem, outras se ajoelharem e muitas estenderem as mãos em direção à santa. Nesse instante, compreendi com maior nitidez a potência simbólica da procissão

À medida que a embarcação se aproximava da margem, foi possível observar a movimentação organizada de moradores da comunidade, que, orientados pelas lideranças responsáveis pela festa, se distribuíram ao redor do ponto de chegada. Fomos convidados a integrar essa corrente humana, com a função de impedir o acesso direto dos devotos à imagem da santa (Figuras 4 e 5). Em um primeiro momento, não compreendi plenamente a necessidade dessa organização, sobretudo porque, nas procissões das quais já havia participado, o contato com a imagem costumava ocorrer de forma mais livre, marcado pelo louvor e pela adoração. No entanto, logo nos foi explicado que muitos devotos, tomados pela emoção do encontro, fariam todo o possível para se aproximar da santa, exigindo um cuidado coletivo para garantir a segurança da imagem e a continuidade do rito.

Figura 4 e 5: Auxílio na organização da procissão



Fonte: Lucas Nunes, via @todomarjafoirio (2025)

Junto a nós, homens, mulheres e idosos se colocaram de forma natural, lado a lado e formando uma barreira humana em torno da imagem no momento do desembarque. Quando, enfim, as imagens se encontram à beira da água (Figura 6), a emoção se tornou coletiva e quase palpável. A cena, narrada pelos moradores como a visita da filha à mãe, materializava-se diante de nós com uma força difícil de traduzir em palavras. Pessoas

choravam abertamente, outras tocavam o peito ou juntavam as mãos em sinal de prece, enquanto algumas apenas observavam, imóveis, como se quisessem gravar aquele instante na memória. Eu me vi atravessado por essa emoção comum, percebendo que não se tratava apenas de um gesto ritual, mas de um reencontro carregado de sentidos profundos, onde fé, pertencimento e história se entrelaçavam fazendo daquele instante o ápice da celebração e o mais aguardado por todos que ali estavam.

Figura 6: O encontro da Mãe Sant’ana e sua filha Nossa Senhora dos Navegantes



Fonte: Lucas Nunes, via @todomarjafoirio (2025)

Após o desembarque, a imagem foi conduzida até a igreja de Sant’Ana, onde ocorreu um breve momento de oração. Em seguida, as duas santas seguiram juntas em procissão pelas ruas da comunidade. O cortejo percorreu as ruas de Barra de Mamanguape e reuniu moradores, pescadores artesanais, visitantes e representantes de organizações que atuam no território. Ao longo do percurso, era visível o desespero da comunidade em conseguir chegar o mais próximo possível das imagens.

Ainda durante a realização da festa, um acontecimento inesperado provocou apreensão e medo entre os presentes. Em uma área de vegetação seca, próxima ao espaço do evento, um incêndio teve início e se espalhou com rapidez por todo o campo, alcançando onze veículos que estavam estacionados no local. Em poucos instantes, o fogo passou a concentrar as atenções, alterando o clima da celebração.

Diante da situação, moradores da própria comunidade se mobilizaram de forma imediata para prestar auxílio às pessoas atingidas, oferecendo apoio, orientações e ajudando

na retirada segura dos presentes da área afetada. Devotos, turistas e curiosos se uniram para remover os carros que ainda estavam próximos às chamas, enquanto a comunidade se dividia entre conter o avanço do fogo, apoiar quem precisava de ajuda e manter a ordem da procissão. Eu permanecia junto à imagem da santa, integrando a corrente de proteção, observando a cena se desenrolar. Ao meu redor, fiéis choravam e elevavam preces às santíssimas, pedindo que intercedesse naquele momento de aflição, para que ninguém se ferisse e para que o fogo pudesse ser controlado.

Mesmo com a gravidade do ocorrido, a procissão não foi interrompida. A comunidade conseguiu se reorganizar de modo a garantir, ao mesmo tempo, a continuidade da manifestação religiosa e a segurança das pessoas que participavam do evento, garantindo que ninguém saísse ferido e nenhuma residência fosse atingida.

Concluído o percurso pelas ruas da comunidade, as imagens retornaram à beira do rio, onde se deu o momento de despedida de Nossa Senhora dos Navegantes. Muitos fiéis se aproximaram com cuidado e emoção, pedindo uma das flores que ornamentavam a imagem, como forma de levar consigo um fragmento simbólico daquela presença sagrada.

Devido a altura do barco, fui chamado para ajudar no auxílio da imagem na embarcação (Figura 7), me senti carregando uma responsabilidade imensa, ao mesmo tempo que segurava a emoção ao tocar naquela imagem, compreendi, naquele instante, a força da comoção coletiva e o motivo pelo qual tantos desejavam se aproximar daquela imagem. Em seguida, a Santa prosseguiu de volta em direção à comunidade de Coqueirinho do Norte, encerrando o ciclo ritual junto com o pôr do sol.

Figura 7: Auxílio no transporte do Andor



Fonte: Lucas Nunes, via @todomarjafoirio (2025)

Permanecemos na comunidade até o dia seguinte, com o intuito de acompanhar e compreender como se constituía o pós-festa. Em razão do incidente ocorrido, os pescadores e moradores tradicionais de Barra de Mamanguape manifestaram publicamente solidariedade às pessoas afetadas pelo incêndio. A Colônia de Pescadores Z-13 elaborou uma nota dirigida à comunidade, prestando esclarecimentos, expressando apoio aos atingidos e cobrando providências do poder público diante do ocorrido.

Outro desafio enfrentado após a festa foi a quantidade significativa de lixo deixados por parte dos visitantes. Ainda à noite, moradores se organizaram para recolher o lixo que poderia ser levado ao mar pela correnteza do rio. Na manhã seguinte, a mobilização continuou com a realização de um mutirão de limpeza em diferentes pontos da comunidade. Conversando com Seu Camilo, proprietário de uma das caiçaras que estava servindo de estabelecimento comercial contou que assim como ele, outros proprietários de caiçaras iniciaram a limpeza de suas áreas logo nas primeiras horas do dia, antes do amanhecer, enquanto outros moradores e trabalhadores da prefeitura recolhiam resíduos espalhados pelo pátio do evento, pelas áreas de mata e por terrenos baldios.

Mesmo diante do incidente registrado ao longo da celebração, a postura adotada pela comunidade foi marcada pela responsabilidade e pela solidariedade. As ações de limpeza e organização só reforçaram um compromisso histórico com a preservação ambiental, especialmente no que se refere ao cuidado com as margens do rio e com os espaços por onde passou o cortejo. Para a comunidade pesqueira de Barra de Mamanguape, a experiência religiosa não se separa do cuidado com o território. A proteção do rio, do manguezal e do estuário faz parte de sua existência coletiva e está diretamente associada à forma como a fé é vivida no cotidiano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Encerrar este relato é também tentar organizar aquilo que permaneceu em mim depois da vivência em Barra de Mamanguape, tanto como participante quanto como alguém que estava ali para observar, escutar e registrar. A procissão de Nossa Senhora dos Navegantes não ficou restrita às horas em que acompanhei a travessia pelo rio ou o cortejo pelas ruas da comunidade. Ela começou antes, nas conversas travadas na colônia de pescadores, nos preparativos ansiosos em casa, nos corpos que se movimentavam com naturalidade para que

tudo estivesse pronto, e continuou depois, nos gestos de cuidado que tomaram a comunidade quando a festa já havia terminado.

Etnografar esse momento exigiu de mim a presença, disponibilidade e, em muitos momentos, silêncio e emoção. Houve instantes em que o meu caderno precisou ficar guardado para que o meu corpo pudesse ajudar a organizar espaços, segurar a imagem da santa, formar a corrente humana e acompanhar o fluxo das pessoas. A maré me colocava limites, orientava minhas decisões e me lembrava, a todo instante, que viver ali é aprender a escutar o ambiente.

Ao longo do dia, fui percebendo que a fé não se expressa apenas nas orações ou nos cânticos, mas também no trabalho compartilhado. O esforço do coletivo, o cuidado com a imagem, a atenção com os visitantes e, mais tarde, a mobilização diante dos imprevistos, me revelaram uma ética comunitária que se manifestou na prática e que eu pouco conhecia. A fé se desdobra em cuidado, em responsabilidade e em ações concretas de proteção do território.

Ao final, compreendi que etnografar a procissão de Nossa Senhora dos Navegantes foi também um exercício de deslocamento pessoal. Entre anotar e participar, observar e agir, fui entendendo que a pesquisa se constrói no encontro e na confiança. A procissão se mostrou, não apenas como uma manifestação religiosa, mas como uma forma de existir coletivamente, onde fé, trabalho e território se entrelaçam. E é nesse entrelaçamento, vivido e sentido no corpo, que a experiência etnográfica me mostra seu sentido mais profundo.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Decreto nº 924, de 10 de setembro de 1993. Cria a Área de Proteção Ambiental da Barra do Rio Mamanguape, no Estado da Paraíba e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF. 1993

BRASIL. Decreto n. 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais** – PNPCT. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm>. Acesso em 19. jan. 2019.

CARDOSO, Thiago Mota; GUIMARÃES, Gabriela Casimiro (Orgs.). Etnomapeamento dos Potiguara da Paraíba. Brasília, **FUNAI/CGMT/CGETNO/CGGAM**, 2012

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **A sócio-antropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil**. Etnográfica, v. 3, n. 2, p. 361-375, 1999 Tradução . . Disponível em: http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_03/N2/Vol_iii_N2_361-376.pdf. Acesso em: 19 jan. 2026.

GIOVANNINI JUNIOR, Oswaldo. Paisagem em festa: a procissão de nossa senhora dos navegantes. **Ruris**, Campinas, SP, V. 13, N. 02, P. 167-198, SET. 2021. Disponível em: <<https://econtents.sbu.unicamp.br/inpec/index.php/ruris/article/view/17042/11725>> Acesso em: 13 de janeiro de 2026

GOOGLE, [2026]. Área de Proteção Ambiental da Barra do Rio Mamanguape. [S.l.]: **Google Maps**. Disponível em: <https://maps.app.goo.gl/5dvQnuKMXynyGiMC6>. Acesso em: 19 jan. 2026.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE ICMBIO. **Plano de Manejo: APA Mamanguape**. Brasília, 2014.

PEREIRA, Antônio Alberto et al. (Orgs.). História, cultura e sustentabilidade do Vale do Mamanguape: livro paradidático para educação básica. João Pessoa: **Editora UFPB**, 2020

RODRIGUES, G. S., *et al.* Gestão Ambiental Territorial na Área de Proteção Ambiental da Barra do Rio Mamanguape (PB). Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento 50. **Embrapa Meio Ambiente**. Jaguariúna, SP, 90p., 2008